Recurso nº 236/2001

Data: 7 de Fevereiro de 2002

Assunto: - Crime continuado

SUMÁRIO

A definição de crime continuado surge no nº 2 do artigo 29º do Código Penal de Macau como a realização plúrima do mesmo tipo ou de vários tipos de crime que fundamentalmente protejam o mesmo bem jurídico, executada por forma essencialmente homogénea e no quadro da solicitação de uma mesma situação exterior que diminua consideravelmente a culpa do agente.

O Relator,

Choi Mou Pan

Recurso nº 236/2001

Recorrentes : A, B e C

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da R.A.E.M.

Os arguidos A, B e C responderam perante o Tribunal Judicial de Base nos autos de Processo Comum Colectivo nº PCC-006-01-6.

Realizada a audiência de julgamento, o Tribunal Colectivo decidiu:

1. Absolver o arguido B pela prática de um crime p. e p. pelo artº 14º nº 1 da Lei 2-90-M e o arguido C pela prática de dois crimes p. e p. pelo artº 8º nº 1 da Lei 2/90/M;
2. Condenar os arguidos A e B, em co-autoria e na forma consumada, pela prática de dois crimes p. e p. pelo artº 7º nº 1 da Lei 2/90/M na pena de três anos de prisão cada e pela prática de uma contravenção p. e p. pelo artº 67º do CE na multa de três mil patacas;

Em cúmulo condenar o mesmo na pena de quatro anos de prisão e três mil patacas de multa ou em alternativa de quarenta dias de prisão caso não pague nem for substituída por trabalho;

3. Condenar o arguido C, em co-autoria e na forma consumada, pela prática de dois crimes p. e p. pelo artº 7º nº 2 da Lei 2/90/M na pena de cinco anos e seis meses de prisão cada e um crime p. e p. pelo artº 7º nº 1 da Lei 2/90/M na pena de três anos de prisão;

Em cúmulo condenar o mesmo na pena de seis anos e seis meses de prisão.

Inconformados com o acórdão recorreram os arguidos A, B e C, motivaram todos com as seguintes conclusões:

- “1. Os factos demonstram claramente que estamos perante a prática de um crime continuado. Por conseguinte, deve-se considerar como crime continuado;
2. Sendo o crime praticado continuado, é um crime único; e ser punido, em conformidade com o artigo 73º do CPM.”

Do recurso respondeu o Ministério, concluindo pela bondade da sentença pois que:

- “1. São pressupostos do crime continuado, nos termos do art. 29º do C.P.M.:
 - a. realização plúrima do mesmo tipo de crime;
 - b. homogeneidade da forma de execução;
 - c. lesão do mesmo bem jurídico;
 - d. unidade do dolo;

- e. persistência de uma situação exterior que facilita a execução e que diminui consideravelmente a culpa do agente.
2. No caso subjudice, é pacífico quanto aos três primeiros pressupostos, todavia o mesmo já não se verificam com os últimos dois.
 3. Consoante os factos provados, não existe unidade de dolo mas renovação do dolo, pois com excepção da última vez que os arguidos foram surpreendidos pela polícia, nas duas primeiras, logo concluído o transporte os arguidos receberam dinheiro de um terceira, o que mostra a unidade de cada perpetração, e nada ficou provado de um plano unitário fraccionado em várias execuções.
 4. Também não se verifica o último pressuposto, pois nunca existiu um factor exterior que facilita a execução e que diminui consideravelmente a culpa dos arguidos, pois o risco do crime foi sempre o mesmo.”

Assim sendo, propugna negar provimento ao recurso e manter-se a decisão recorrida.

Nesta instância, a Digna Procurador-Adjunto deu o seu douto parecer no sentido de rejeitar o recurso por ser manifestamente improcedente.

Foram colhidos os vistos legais.

Cumpre-se decidir.

À matéria de facto ficou assente a seguinte:

- No dia 17 de Junho de 2000, com a ajuda do 3º arguido e dum indivíduo de nacionalidade chinesa de nome “Man”, o 1º arguido veio ilegalmente de barco, acompanhado de 7 raparigas, de China Continental para Macau, e todos eles não tinham nenhum documento legal que lhe permitiam entrar no território de Macau.
- Quando o 1º arguido chegou à margem do território de Macau, o 3º arguido entregou logo um automóvel ligeiro ao 1º arguido, e este sob instruções do 3º arguido, conduziu o tal automóvel levando as sete indocumentadas para o centro da cidade, enquanto que o 3º arguido conduzia um motociclo à frente para servir de guia. Os dois arguidos entregaram as 7 raparigas a um homem de nome “Ah Kit” junto do Edf. Kam Hoi San Fa Un.
- O tal “Ah Kit” pagou oitocentas patacas por cada indocumentada ao 3º arguido, tendo este recebido no total cinco mil e seiscentas patacas.
- Depois, de acordo com aquilo que tinha sido combinado pelos 1º e 3º arguido (ou seja, o 1º arguido auxiliava o 3º arguido no transporte dos imigrantes ilegais para o centro da cidade, e em contrapartida o 3º arguido pagava trezentas patacas ao 1º arguido por cada imigrante ilegal como “recompensa”).
- Em 27 de Julho de 2000, à noite, o 2º arguido veio de barco acompanhado de mais de 10 raparigas da China Continental para Macau, e todos eles não tinham documento legal que lhe permitissem entrar no Território, mas como na altura o tempo

estava mau, só o 2º arguido e uma rapariga conseguiram desembarcar.

- Depois do desembarque, utilizando o motociclo fornecido pelo 3º arguido ao 2º arguido, este transportou a imigrante ilegal acima referida.
- A aludida imigrante ilegal foi entregue ao tal indivíduo “Ah Kit”, enquanto que o 3º arguido recebeu mais uma vez oitocentas patacas a título de “recompensa”.
- Em 29 de Julho, o 3º arguido combinou com os 1º e 2º arguido para novamente irem buscar mais de dez imigrantes ilegais do sexo feminino que vinham ilegalmente de barco para Macau, entregando-as do mesmo modo a Ah Kit, e em contrapartida, Ah Kit iria recompensar do mesmo montante (isto é, oitocentas por cada imigrante ilegal) ao 3º arguido, e este por sua vez pagaria cento e cinquenta patacas por cada imigrante ilegal aos 1º e 2º arguidos.
- Nessa mesma noite, cerca das 23H00, o 3º arguido entregou o automóvel ligeiro (apreendido) com matrícula MC-xx-xx ao 1º arguido. Este ia ao volante, levando o 2º arguido, e conjuntamente com o 3º arguido que ia no motociclo MA-xx-xx (também apreendido), dirigiram-se à costa de “Long Chao Kok” sita na Areia Preta, preparando-se para transportar as imigrantes ilegais providas da China Continental.
- Cerca das 2H00 da madrugada, a lancha rápida que levava 15 imigrantes ilegais do sexo feminino desembarcou junto da costa

da Areia Preta, e os três arguidos puxaram a lancha para junto da margem, amparando as imigrantes ilegais no desembarque. Depois, levou-as à zona de “Long Chao Kok”, e prepararam ainda o transporte ilegal das mesmas para o centro da cidade.

- Todas as pessoas acima mencionadas (incluindo os três arguidos) foram interceptadas no local pelos agentes da PMF que se encontravam a fazer patrulha no local.
- Em 26 de Agosto de 1996, o 2º arguido permaneceu ilegalmente em Macau, tendo o mesmo sido expulso.
- Todos os arguidos sabiam que, para entrar no território de Macau, tinham que possuir um documento legal e passar por postos fronteiriços competentes, no entanto, transportaram os imigrantes ilegais fora postos fronteiriços para o território de Macau, ajudando-as eximir-se das sanções criminais, com o fim de obter benefícios ilícitos.
- O 2º arguido sabendo perfeitamente que sem documento não podia entrar novamente para Macau, veio ilegalmente para o Território.
- O 3º arguido forneceu meios de transporte aos 1º e 2º arguidos, para estes transportarem os imigrantes ilegais para o Território, obtendo assim benefícios ilícitos.
- Os 1º e 2º arguidos não possuem nenhum documento legal que lhe permitissem conduzir na RAEM.

- O 1º arguido era condutor na RPC e auferia o vencimento mensal de 700 a 800 reinbis.
- É solteiro e tem os pais a seu cargo.
- Confessou parcialmente os factos e é primário.
- O 2º arguido era agricultor na RPC e auferia o vencimento mensal de 400 a 500 reinbis.
- É casado e tem um filho a seu cargo.
- Confessou parcialmente os factos e é primário.
- O 3º arguido era operário de decoração e auferia o vencimento mensal de 3000 patacas.
- É casado e tem a mulher e três filhos a seu cargo.
- Confessou parcialmente os factos e é primário.

Não ficaram provados os seguintes factos:

- O 3º arguido pagou ao 1º arguido duas mil e cem patacas a título de recompensa.
- TE o 3º arguido tratou ainda do alojamento do 1º arguido, passando este a viver em casa de D, tio do 3º arguido.
- Depois, seguindo o 3º arguido, foram provisoriamente alojar em casa de D, tio do mesmo, ficando ainda o 3º arguido encarregado de comprar refeições.

- O 3º arguido forneceu ainda alojamento e refeições aos 1º e 2º arguidos, sabendo que os mesmos não tinham documentos que lhe permitissem permanecer na RAEM.

O Tribunal formou a sua convicção com base em:

- As declarações dos arguidos em audiência.
- A leitura em audiência das declarações dos arguidos prestados no TIC a fls. 32 a 37.
- A leitura em audiência das declarações das testemunhas prestadas em memória futura a fls. 42 a 43.
- As declarações da testemunha presente (PMF) que interveio directamente na detenção dos arguidos.
- Os variados documentos colhidos durante a investigação.

Conhecendo.

Os recorrente levantou apenas uma questão de direito: crime continuado.

O regime legal sobre a questão está previsto no artigo 29º do Código Penal:

“2. Constitui um só crime continuado a realização plúrima do mesmo tipo de crime ou de vários tipos de crime que fundamentalmente protejam o mesmo bem jurídico, executada por forma essencialmente homogénea e no quadro da solicitação de uma mesma situação exterior que diminua consideravelmente a culpa do agente.”

E na doutrina e jurisprudência definam uniformemente o conceito do crime continuado:

“A definição de crime continuado surge no n.º 2 do artigo 29º do Código Penal de Macau como a realização plúrima do mesmo tipo ou de vários tipos de crime que fundamentalmente protejam o mesmo bem jurídico, executada por forma essencialmente homogénea e no quadro da solicitação de uma mesma situação exterior que diminua consideravelmente a culpa do agente.”¹

Assim passamos a apreciar concretamente os factos constantes dos autos para ver se verificaram os pressupostos da punição pelo crime continuado.

Então:

Foram praticados duas vezes o mesmo tipo de crime – dois crimes de auxílio.

Existe certa e notória proximidade temporal – Junho e Julho de 2000.

Existe também uma certa homogeneidade em relação ao modo de execução dos crimes.

No entanto, face ao acervo dos factos dados por assentes, é-nos evidente não existir um “quadro exterior” que facilita a execução do crime e diminua consideravelmente a culpa do agente.

¹ Os Acórdãos do T.S.J. de 9 de Julho de 1997 – Rec. n.º 704 – 15 de Outubro de 1997 – Rec. n.º 727 – e 23 de Outubro de 1997- Rec. n.º 721. E o Acórdão deste TSI, de 20/1/2000, do processo n.º 1275.

Não há, em consequência, crime continuado, sendo óbvio a improcedência do recurso.

Nos termos expostos, acordam rejeitar o recurso.

Custas pelos recorrentes, solidariamente, com a taxa de justiça, individual, em 2 UCs e em 3 UCs a taxa individual de rejeição do nº 4 do artigo 410º do Código Penal.

Atribui-se ao ilustre defensor officioso dos recorrentes a remuneração de MOP\$1200.00, a cargo dos recorrentes, cada um, em MOP\$400,00.

Macau, R.A.E., aos 7 de Fevereiro de 2002

Choi Mou Pan (Relator) – Chan Kuong Seng – Lai Kin Hong